

Relatório de desempenho

Destaques do trimestre e eventos subsequentes:

O setor de geração de energia elétrica

- Em 17 e 18 de agosto, foram realizados os Leilões de Energia A-3 e Reserva de 2011. Ambos contrataram uma capacidade instalada total de 3.962,7 MW, com garantia física de produção de 2.284,4 MW médios. Foram contratados 92 projetos de geração de eletricidade das fontes eólica, gás natural, biomassa (bagaço de cana-de-açúcar e resíduos de madeira) e hídrica. Destacaram-se os empreendimentos de fonte eólica, cuja negociação somou 1.928 MW a um preço médio inferior a R\$100/MWh, tendo sido negociados 78 novos parques.
- Foram cadastrados para o Leilão de Energia A-3/2012, que será realizado em 22 de março de 2012, 598 empreendimentos, somando potência de 25.850 megawatts (MW). Ao todo, foram inscritos 524 projetos de fonte eólica (13.180 MW de capacidade); 26 termelétricas a gás natural (10.344 MW); 23 termelétricas a biomassa (1.042 MW), 22 PCHs (343 MW); e 2 hidrelétricas (941 MW).
- Foi realizado, em 20 de dezembro de 2011, o Leilão de Energia A-5/2011, com o objetivo de suprir a demanda projetada das empresas distribuidoras para o ano de 2016. Foram contratados 42 projetos de geração de eletricidade, com capacidade instalada total de 1.211,5 MW, o que atendeu a 100% da demanda das distribuidoras que contrataram a energia negociada. O preço médio ao final do certame foi de R\$ 102,18/MWh, alcançando um deságio médio de 8,77%. Os 42 projetos demandarão investimentos da ordem de R\$ 4,3 bilhões. Foram negociados 39 projetos eólicos, 2 a biomassa e um hídrico, somando 976,5 MW, 100 MW e 135 MW de capacidade. A usina hidrelétrica de São Roque, em Santa Catarina, foi arrematada por R\$ 91,20/MWh, deságio de 25,9% em relação ao preço inicial de R\$ 123/MWh.
- O Leilão de Energia A-5/2012 foi marcado para o dia 26 de abril de 2012, e tem como foco a licitação de projetos de geração hidrelétrica, inclusive PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e UHEs (usinas hidrelétricas) com potência igual ou inferior a 50 MW, ampliação de UHE ou de PCH existente, e aqueles que tenham concessão oriunda de Sistema Isolado. O início do suprimento de energia elétrica ocorrerá em 1º de janeiro de 2017. Os contratos serão na modalidade por quantidade de energia, com prazo de suprimento de trinta anos.

- O consumo nacional de energia elétrica atingiu 108,0 TWh no 3º trimestre de 2011, representando um crescimento de 4,2% em relação ao mesmo período de 2010. Este resultado deve-se, sobretudo, ao desempenho favorável dos setores comercial e residencial, que cresceram, respectivamente, 8,1% e 6,4% entre julho e setembro, na comparação com os mesmos meses de 2010. O crescimento de 8,1% registrado no segmento comercial representa o melhor desempenho dos últimos 5 anos. A atividade do setor comercial vem se expandindo em resposta ao comportamento do consumo de bens e serviços, face à permanência da taxa de desemprego em nível baixo e à disponibilidade de crédito ao consumidor. A evolução do consumo no segmento residencial foi reflexo, principalmente, das condições de clima no país, quando chuvas intensas e temperaturas mais baixas foram observadas em muitas capitais brasileiras. O consumo industrial de energia elétrica registrou crescimento de 2% contra o mesmo período de 2010, repetindo a taxa alcançada no segundo trimestre deste ano. (Fonte: EPE – Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica)

A Companhia

- Em 17 de agosto, o Conselho de Administração aceitou a renúncia do Sr. Hugo Seabra de Souza do cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia. O Sr. Paulo Guilherme Autran Seidel, atual Diretor de Gestão Corporativa da Companhia tem cumulado temporariamente esses dois cargos na Diretoria da Companhia.
- Em 23 de agosto, a ANEEL através da resolução autorizativa N° 3.078, aprovou a transferência de controle dos direitos sobre a UTE Pernambuco III.
- A Companhia fechou contrato com a Petrobras para compra de energia (lastro) a partir de outubro, conforme o estabelecido no REN 165/2005 da ANEEL e Despacho ANEEL 1.128/2011, visando a adquirir energia para o período de 3 meses, para substituir os 207 MW médios comercializados pelas UTEs Itapebi e Monte Pascoal no leilão A-3 de 2007.
- A Companhia incorreu em inadimplemento contratual com a Petrobras por conta da compra de lastro para as controladas Pernambuco IV, Monte Pascoal e Itapebi. Existem negociações em curso visando o restabelecimento da normalização do contrato sem que haja penalidades.
- As controladas Pernambuco IV, Itapebi e Monte Pascoal não cumpriram com a obrigação contratual regulatória de disponibilizar a energia relativa a novembro e dezembro para o sistema elétrico nacional. Cada uma das controladas, por conta disso, está sujeita a penalidades por conta deste inadimplemento.
- As controladas Pernambuco IV, Monte Pascoal e Itapebi, também poderão vir a ser penalizadas pela ANEEL pelo não cumprimento dos cronogramas acordados em leilão para entrada em operação comercial. A penalidade se aplica após 1 ano decorrido do prazo originalmente aprovado. Neste caso, Pernambuco IV estaria sujeita a penalidade a partir de janeiro de 2012, e Monte Pascoal e Itapebi a partir de outubro de 2012. As penalidades podem variar desde 1% da receita líquida mensal até a cassação da outorga de funcionamento.

- A Companhia havia renegociado o empréstimo ponte no valor de R\$ 140.000 captado pela New Energy Options (NEO) junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em maio de 2011, alterando o vencimento para novembro de 2011 e a remuneração para CDI + 0,40%. Em julho e agosto, a Companhia amortizou, respectivamente, R\$ 68.175 e R\$ 25.459 do saldo de principal. Em novembro, a Companhia renegociou o empréstimo, prorrogando seu vencimento para maio de 2012, com valor de principal renegociado para R\$ 46.921, mantida a correção pela variação do CDI + 0,4% a.m.
- Em novembro, a Companhia renegociou o empréstimo captado pela NEO junto ao Banco da Indústria e do Comércio (BIC). Foram amortizados R\$ 1.457 de principal e o saldo remanescente de R\$ 7.400 será pago em 12 parcelas mensais consecutivas de R\$ 617, a partir de dezembro de 2011, corrigidas pela variação do CDI + 0,6% a.m.
- Em dezembro, a Companhia tomou ciência da abertura de um processo de arbitragem impetrado pelo fornecedor Caterpillar AG contra a Multiner, referente ao descumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao fornecimento de equipamentos para a UTE Itapebi, com o pleito de € 25 milhões. A área jurídica da Companhia está avaliando os termos do processo quanto a seu teor e consistência, devendo apresentar as devidas contestações.
- A Companhia não efetuou o pagamento dos CCBs emitidos pela controlada New Energy Options com vencimento nos meses de outubro (parcialmente), novembro e dezembro de 2011, num total de aproximadamente R\$ 10.500. Apesar de já ter sido notificada por seus credores em função da inadimplência, até o momento não foram implementadas penalidades relacionadas (execução das garantias, por exemplo). A grande maioria dos detentores dos CCBs também é acionista da Multiner e está envolvida no processo de capitalização da Companhia, cujos recursos serão utilizados, entre outros, para liquidar esta pendência financeira.
- Em 30 de dezembro, a Companhia obteve do ONS a declaração de atendimento aos requisitos de procedimentos de rede para iniciar as operações comerciais do projeto Alegria II, com a aprovação da instalação de parte do projeto, atendendo também aos critérios do PROINFA. Entretanto a UEE Alegria II não está operativa em sua totalidade, estando previsto para o 1º semestre de 2012 o funcionamento de todos os 61 aerogeradores. A não entrada em operação da UEE em sua totalidade expõe a Companhia a possíveis penalidades contratuais. Não obstante, a Companhia entende que a entrada em operação comercial no dia 30 de dezembro de 2011 atendeu aos requisitos de enquadramento do PROINFA e tem mantido pleitos junto a ANEEL no que tange ao cronograma e demais condições regulatórias.
- A Companhia vem enfrentando, desde outubro, desafios decorrentes da escassez de recursos necessários para cumprir com relevantes obrigações financeiras, regulatórias e comerciais, todas direta ou indiretamente relacionadas aos seus projetos em desenvolvimento e com significativos impactos no mercado regulado de energia elétrica. Em alguns casos a inadimplência decorrente desta situação poderá acarretar significativa deterioração financeira e patrimonial da Companhia, inclusive a perda da outorga de alguns de seus empreendimentos. Entretanto, a Companhia vem desenvolvendo juntamente com seus Acionistas, um plano de reestruturação financeira que visa equacionar, no curto prazo, esta situação, bem como permitir a continuidade do desenvolvimento dos projetos e seu portfólio.

Desempenho Financeiro

	Consolidado		Controladora	
	3º Tri / 2011	3º Tri / 2010	3º Tri / 2011	3º Tri / 2010
Receita líquida de vendas	37.156	35	4.996	-
Custo dos produtos vendidos	(22.528)	-	(9.643)	-
Lucro Bruto	14.628	35	(4.647)	-
Despesas operacionais				
Pessoal	(3.702)	(1.791)	(1.539)	(964)
Honorários dos administradores	(1.415)	(521)	(668)	(285)
Gerais e administrativas	(8.563)	(20.492)	(2.971)	(14.753)
Serviços de terceiros	-	-	-	-
Tributárias	(374)	(51)	(34)	(6)
Depreciação e amortização	(2.501)	(16)	(23)	(18)
	(16.555)	(22.871)	(5.235)	(16.026)
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(26.058)	(10.396)	(9.827)	(9.481)
Receitas financeiras	14.822	2.355	7.086	3.625
	(11.236)	(8.041)	(2.741)	(5.856)
Outras Despesas Operacionais				
Outras despesas, líquidas	(780)	(759)	(806)	(760)
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	(2.987)	(3.252)
Provisão para passivo a descoberto	-	3.227	-	(1.302)
Pesquisa e desenvolvimento	(186)	-	-	-
Provisão para Perda de Investimento	-	(5.142)	-	(4.195)
Prejuízo antes do IR e da CSLL	(14.129)	(33.551)	(16.416)	(31.391)
Imposto de Renda e CSLL Corrente	(1.182)	-	-	-
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	(545)	2.159	275	-
Prejuízo do exercício	(15.856)	(31.392)	(16.141)	(31.391)

Receita líquida de vendas

A receita líquida consolidada alcançou R\$37.156 no 3T11, dos quais R\$ 23.964 foram provenientes do valor de venda de energia da Rio Amazonas Energia - detentora da UTE Cristiano Rocha; R\$ 7.887 da New Energy Options, pela geração da usina de energia eólica Alegria I; e R\$ 4.996 do ressarcimento pela entrega de lastro de energia da Termelétrica Pernambuco IV e R\$ 309 referentes a um ajuste proveniente de recálculo do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), que havia sido base para o ressarcimento das Termelétricas Itapebi e Monte Pascoal no 1º semestre de 2010.

Custo dos produtos vendidos

No 3T11, o custo dos produtos vendidos consolidados totalizou R\$ 22.528. Os principais itens registrados nesta rubrica foram: R\$ 9.643 equivalentes à compra de lastro de energia pela Termelétrica Pernambuco IV; R\$ 8.182 referentes à aquisição de óleo combustível pela RAESA; R\$ 947 correspondentes à operação e manutenção da controlada NEO; e R\$ 2.577 relacionados à operação e manutenção da UTE Cristiano Rocha.

Despesas administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$ 16.555 no 3T11, ante R\$ 22.871, no 3T10, no consolidado, o que representou um decréscimo de 27,6% e estiveram em linha com o estágio de implantação dos empreendimentos da Multiner, tendo se mantido em linha com aquelas registradas no 2T11, que haviam somado R\$ 15.108.

Outras Despesas Operacionais

A rubrica outras despesas operacionais somou R\$ 966 no 3T11, ante R\$ 2.674 no 3T10, um decréscimo de 63,9%, o que se deveu sobretudo à provisão para passivo a descoberto realizada no 3T10, no valor de R\$ 1.915.

Resultado Financeiro

Receitas Financeiras

O aumento de R\$ 2.355 para R\$ 14.822 nas receitas financeiras consolidadas entre o 3T10 e o 3T11 se justifica principalmente pelo reconhecimento de juros sobre arrendamento financeiro da RAESA, no valor de R\$ 4.376 e pelo crescimento de R\$ 8.091 nos rendimentos provenientes de aplicações financeiras.

Despesas financeiras

As despesas financeiras consolidadas foram de R\$ 26.058 no 3T11, ao passo que haviam sido de R\$ 10.396 no 3T10. Tal elevação é explicada principalmente pelo aumento de R\$ 15.128 das despesas com juros.

Destaca-se que no 3T10, esta conta não refletia ainda as despesas financeiras provenientes das dívidas da controlada Rio Amazonas Energia, cuja aquisição foi anuída pela ANEEL em dezembro de 2010.

Imposto de Renda e CSLL Diferidos

A rubrica imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido totalizou R\$ 1.727 no 3T11, ao passo que no 3T10 havia sido registrado crédito de R\$ 2.159. Tal variação é decorrente da redução do prejuízo fiscal de Monte Pascoal e Itapebi e da limitação do prazo de recuperação dos créditos tributários da New Energy Options, em atendimento ao artigo 2º da Instrução CVM nº 371/02.

Obs.: Os dados não financeiro-contábeis, bem como informações sobre o setor de energia elétrica, apresentados neste Relatório de Desempenho, não foram revisados pelos nossos Auditores Independentes